

A.I. N.º - 932799-1/05
AUTUADO - FONTES COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
AUTUANTE - JEZONIAS CARVALHO GOMES
ORIGEM - IFMT/METRO
INTERNET - 21/05/05

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0021-05/05

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. AUDITORIA DE CAIXA. VENDAS À CONSUMIDOR FINAL. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Rejeitada a preliminar de nulidade. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 21/03/05, refere-se à aplicação de penalidade pela falta de emissão de notas fiscais de saídas de mercadorias nas vendas a consumidor, apurado através de Auditoria de Caixa, exigindo-se a multa no valor de R\$690,00, disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

O autuado apresenta impugnação, às fl. 09/10, alegando que tem a maioria de suas vendas representadas por operações de reduzido valor monetário, que são totalizadas ao final de cada turno e emitidas as respectivas notas fiscais, salvo quando são solicitadas pela clientela. Diz que nunca foi autuado e reclama a falta de uma ação fiscal pedagógica. Expõe que a multa imposta é superior ao faturamento bruto de dois dias de funcionamento do estabelecimento. Alega, ainda, a inconsistências dos valores apurados pelo autuante, com base nos seguintes argumentos:

- a) que no total de vendas a cartão está reproduzido o total de transações efetuadas em dias anteriores à 21/03/05, já cobertas por notas fiscais;
- b) que até o horário da visita fiscal só havia efetuado uma operação com cartão de crédito no valor de R\$10,87;
- c) que no item “total em dinheiro” estão também computados valores não gerados por transações feitas no dia;
- d) que não foi considerado o valor de R\$18,50 de abertura de caixa, mas que foram incluídos recebimentos nos valores de R\$ 67,96 e R\$17,68, resultantes de vendas a prazo;
- e) que foram inclusos alguns vales-transportes no total do movimento apurado, apesar de destinados ao deslocamento de empregado.

Ao final, pede a anulação do Auto de Infração.

O autuante, em informação fiscal (fls. 24 e 25), mantém a autuação, dizendo que quando da realização da auditoria de caixa, encontrou diferença positiva de numerário no valor de R\$388,95, sendo emitida a nota fiscal nº 1296 para regularizar a diferença. Acrescenta que tal valor é expressivo e que necessita de imediata emissão de documentação fiscal. Quanto às notas e cupons fiscais anexados pelo autuado ao processo, aduz que foram emitidos em datas anteriores a ação fiscal e, que tal fato não descaracteriza o Auto de Infração.

Ao final, pede a procedência do Auto de Infração.

VOTO

O presente Auto de Infração refere-se à aplicação de multa pela falta de emissão de notas fiscais de saídas de mercadorias nas vendas a consumidor, apurado através de Auditoria de Caixa.

De acordo com os documentos anexados pelo autuante, entendo que ficou comprovado o acerto da ação fiscal, já que o Termo de Auditoria de Caixa, anexado aos autos à fl. 03, com a assinatura do representante da empresa autuada, constatou diferença positiva no valor de R\$388,93, servindo como prova do cometimento da infração, conforme entendimento já pacificado neste CONSEF, tendo em vista que tal diferença corresponde a venda de mercadorias sem a emissão da documentação fiscal exigível.

As alegações defensivas descabem, uma vez que pelo que dispõe os artigos 142, VII e 220, I, do RICMS/97, é obrigação do contribuinte entregar ao adquirente, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar, devendo a Nota Fiscal ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias.

Quanto às notas e cupons fiscais anexados pelo autuado ao processo, constato que foram emitidos em datas anteriores à ação fiscal, não descaracterizando o Auto de Infração.

No que diz respeito à alegação de que não foi considerado o valor de abertura de caixa, razão também não assiste ao autuado, tendo em vista que o contribuinte não declarou qualquer valor de saldo de abertura de caixa no momento da ação fiscal, sendo que o Termo de Auditoria de Caixa, devidamente assinado por preposto do estabelecimento autuado, comprova tal circunstância.

Finalmente ressalto, que foi emitida a nota fiscal nº 1296 (fl. 04), referente ao saldo positivo encontrado na auditoria de caixa, comprovando o procedimento irregular do contribuinte.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração **nº 932799-1/05**, lavrado contra **FONTES COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa de **R\$690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de agosto de 2005.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - JULGADOR